O português Antônio Candeias Duarte: desconhecido protagonista da história política brasileira

Alexandre Hecker*

"A exigência de liberdade é uma exigência de poder".
John Dewey

Pesquisas a propósito da relação entre os imigrantes portugueses e a ação repressora da polícia política do Estado de São Paulo, nas décadas de 1920, 1930 e 1940 permitem afirmar que nem todos os estrangeiros dessa nacionalidade causavam preocupações aos guardiões do *establishment*. Independentemente do governo de cada uma das etapas em que tal período se divide alguns estereótipos construídos para dirigir a repressão ao pensamento diverso estiveram sempre presentes. Dentre esses, o mito da conspiração comunista internacional teve papel preponderante. Com relação aos portugueses, o principal inimigo a ser abatido, eliminado, que povoava a imaginação dos órgãos repressores como um hipotético modelo de militante político, era:

> o cidadão do sexo masculino, simpatizante ou militante do comunismo, maduro, casado, empregado não-proprietário, proveniente de todo o território português e morador na Capital de São Paulo. Este era o mal a ser eliminado, extirpado, os demais, os outros imigrantes, deveriam ser contidos à base do amedrontamento e da coibição a fim de não caírem na categoria anterior e colocarem em risco a passividade do trabalhador brasileiro.[1]

A trajetória de vida e as ideias de Antônio Candeias Duarte cabiam quase perfeitamente neste modelo assustador para as elites políticas do Estado. Ainda mais porque, como ativista ou como pensador, ele se manteve nas posições mais destacadas das lutas democráticas de seu tempo. Não obstante, sua atuação tem permanecido envolta em quase absoluto silêncio da historiografia, quebrado apenas por referências ao livro *O que é o maximismo ou o bolchevismo*, escrito em parceria com Edgard Leuenroth.[2]

O português Antônio Candeias foi um expressivo líder da esquerda no Brasil. Nesse sentido, constituiu-se em precioso alvo para o aparato repressivo, visto que por meio de sua pessoa, agindo institucionalmente em nome do Estado, acabava por incutir em todos os cidadãos portugueses – como de resto ocorria também com outras nacionalidades aqui presentes – um sentimento de inquietação e de desassossego continuado, cujo objetivo era promover formas de autocontrole e autocensura favoráveis à produção da submissão do grupo todo à ordem estabelecida.

Antônio Candeias embora nunca tivesse ido além da pregação de ideias sociais que lhe pareciam politicamente justificáveis, embora não houvesse efetivado comporta-

mento violento ou discricionário contra o Estado, foi constantemente vigiado e reprimido. Por isso, esteve preso em diversas e significativas oportunidades, tais como: 1917, 1931, 1935, 1947.[3] Com exceção de 1917, esses momentos de prisão corresponderam a conjunturas em que o Estado julgava necessário passar em revista as informações sobre militantes socialistas, visto que temia perder o controle sobre os acontecimentos.

Isto é, em boa parte destas ocasiões Candeias e outros pensadores "subversivos" não foram presos porque ofereciam perigo efetivo de liderança de sublevações, mas apenas porque se opunham, ou se opuseram intelectualmente, no passado, à política oficial.

Antônio Candeias Duarte[4] nasceu em Coimbra, Portugal, em 1881, e com 10 anos, acompanhando os pais chegou a São Paulo. Em 1917, já naturalizado brasileiro, foi um dos líderes da grande greve que paralisou a cidade e assustou as elites econômicas com a possibilidade de se verem obrigadas a ceder direitos aos trabalhadores. Na ocasião, compôs o Comitê de Defesa Proletária, juntamente com Edgard Leuenroth, e teve atuação destacada, sendo redator do jornal que sustentou o movimento, *A Plebe*.

Em março de 1919, no Rio de janeiro, participou da fundação de um Partido Comunista de feição anarquista, e veio a organizá-lo em junho, já em São Paulo, com o nome de Partido Comunista do Brasil. Nesse mesmo ano, como desdobramento destas ações, e de tentativas de reorganizar o seu contemporâneo pensamento político socialista,[5] escreveu, mais uma vez ao lado de Leuenroth, um trabalho fundamental para o entendimento daquelas lides no Brasil, o livro acima citado. Em 1921, vamos encontrá-lo colaborando na *Revista Clarté*, juntamente com intelectuais como Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda e outros.

Durante os anos 1920 descreveu uma não incomum parábola ideológica transferindo-se, como tantos, para as fileiras do movimento comunista, que passou a apoiar por meio de seu trabalho de administrador de empresas gráficas. Logo após a Revolução de

1930, respirando o ar puro de liberdade que por pouco perduraria, produziu juntamente com Oswald de Andrade e Patrícia Galvão, a *Pagú*, o inspirador *O homem do povo*, para o qual também colaborou. Concomitantemente a esta efêmera experiência influenciada por moções comunistas não ortodoxas, constituiu, como representante da política de divulgação do PCB em São Paulo, uma empresa editorial que chegou a publicar em terras paulistanas o principal periódico da corrente, *A Classe Operária*. Por isto foi preso e teve a sua gráfica em parte destruída.

Embora o prontuário de Candeias, elaborado pela polícia política paulista, passe a registrar quase nada a partir do ano de 1931, encontram-se ali documentos comprobatórios de suas duas prisões nesse ano, depois em 1935, quando da organização da Aliança Nacional Libertadora, e, posteriormente, por ocasião da cassação do PCB, em 1947. Nesses dois últimos momentos, o exame da documentação disponível sugere que não havia motivos para tais reclusões, a não ser a "consulta" a um pretenso modelo de militante perigoso para o *establishment*.

Candeias teve nove filhos que sustentou com suas atividades de comerciante de materiais para impressão – tais como: importação de papel, de tintas, de metais, de máquinas – ou como industrial, dono de tipografia. Um seu polêmico conterrâneo, Edgar Rodrigues, já passados muitos anos daquelas lutas revolucionárias, procurando talvez apontar contradições no comportamento militante dele, observou que depois de uma época áurea o espírito revolucionário de Candeias arrefeceu, e isto lhe permitiu "ficar milionário" com a exploração de seus negócios.

No Comitê de Defesa Proletária

Em julho de 1917, a cidade de São Paulo conheceu um pujante movimento de paralisação do trabalho que se alastrou por todo o Estado de modo rápido e alarmante para as autoridades governamentais e para os proprietários das indústrias. O Secretário da Justiça do governo paulista, Elói Chaves, viu-se obrigado a negociar com representantes dos trabalhadores, entre os quais estavam diversos adeptos do anarquismo, tal como Antônio Candeias.[6] Este, juntamente com Edgard Leuenroth, vinha de recentemente fundar a Federação Operária de São Paulo -F.O.S.P.

O Comitê, em seu trabalho de representação, apoiou-se numa verdadeira rede de delegados operários da cidade e constituiu um movimento articulado de lideranças. Em determinadas ocasiões, tal organização ganhou tanta força que se fez ouvir pelas autoridades e por comissões de industriais, em reuniões no próprio Palácio do Governo paulista. Entre as reivindicações dos trabalhadores, os poderosos senhores foram obrigados a tomar conhecimento de exigências, como: respeitar o direito de associação; não despedir trabalhadores como forma de vingança; elevar os salários em geral, como medida de justiça econômica, além de não mais contratarem menores de 14 anos, entre outras reivindicações. Exigia tam-

bém, o Comitê, que fossem tomadas providências com respeito ao fornecimento regular e abundante de gêneros alimentícios com objetivo de torná-los mais acessíveis à população.

Tais reivindicações comporiam de maneira obrigatória os escritos de Candeias, mesmo os elaborados em outros tempos e diversas conjunturas.

Os empresários, em acordo com as autoridades governamentais, aceitaram perante o Comitê o compromisso de aumentar em 20% os salários e de suspender as demissões. Por esses motivos os trabalhadores voltaram às fábricas e oficinas. Mas, poucos dias após o acordo que encerrava o movimento, ficaria claro que as palavras patronais empenhadas não seriam respeitadas e, pelo contrário, os líderes sofreriam sérias vinganças policiais por terem ousado representar a massa trabalhadora. Nessa avalanche repressora, Antônio Candeias foi gravemente implicado.

Em seu caso, era agravante ter escrito nas páginas de *A Plebe*, em 16 de Junho, um artigo no qual os órgãos repressores viram um incitamento a repetir em São Paulo, e no Brasil, as façanhas revolucionárias da Revolução Russa. De fato, no citado texto, Candeias, sob o pseudônimo de Hélio Negro, propunha entender que todos os males dos sistemas políticos vigentes advinham "do iníquo regime da propriedade privada", o qual, na Rússia, fora substituído pela propriedade coletiva. Dizia mais, denunciava a miséria dos trabalhadores como razão da abastança dos privilegiados: o mundo, para ele, estava povoado por "nações compostas de gente pobre que, embora produza tudo, nada tem, e gente rica que, embora nada produza, tem tudo". Tratava-se de um libelo anarquista que dividia a página com outro artigo, de outro então acrata convicto: Astrojildo Pereira, que de forma veemente procurava demonstrar a falência do Estado brasileiro.

Certamente por sua atuação na grande greve e pelas razões de defesa de semelhante ideário, Candeias, que residia nos fundos do terreno em que sua empresa tipográfica

estava instalada, à Rua da Mooca n. 296, teve sua casa assaltada pela polícia em plena madrugada do dia 13 de Setembro. Foi levado em roupas sumárias para diversos postos policiais, cumprindo um verdadeiro e longo périplo[7] até ir parar na cidade de Santos de onde deveria ser metido em um navio e expulso, pois que era estrangeiro. Assim se constituía a estratégia despistadora de uma rudimentar instituição policial, componente intrínseca do então Estado autoritário brasileiro, dotado de um projeto ideológico estreito e tirânico ao qual o estrangeiro contestador se via submetido.

O episódio foi analisado pelo jornal *O Estado de São Paulo* em sua edição de terça-feira, 25 de Setembro de 1917, que não economizou críticas ao governo do Estado[8], inclusive denunciando a maneira falaciosa com que o Delegado Geral havia dito desconhecer o paradeiro de Candeias e de outros estrangeiros também aprisionados. Diferentemente do que ocorreu com o líder português dos trabalhadores brasileiros, os demais estrangeiros envolvidos no caso foram sumária e ilegalmente expulsos do país.

O jornal, provavelmente por informação do próprio Candeias, recuperava trechos da conversa travada entre ele e o Delegado do posto policial de Santos, no qual este último dizia ao preso que conhecia o plano então tramado contra o Estado, mas o inquiria sobre pormenores, tais como: "quais eram os advogados, os jornalistas e os políticos que fomentavam greves em S. Paulo e planejavam, agora, um assalto ao Palácio dos Campos Elíseos e a deposição do governo".

Conforme o artigo, nesse momento, o preso, surpreendido pelas elucubrações descabidas da autoridade, teria pedido "licença para rir-se um pouco". Ao que o policial perguntara, impressionado talvez com as relações estabelecidas entre os fatos russos e as interpretações sobre a política nacional e, ao mesmo tempo, revelando a razão daquele "encontro":

> - E aquelas notas (nos jornais)? e aquelas notícias? e aqueles artigos?... Mas, a todas as perguntas deu o sr. Candeias uma resposta pronta, clara, precisa, até que a autoridade mudou de rumo, voltando a interrogá-lo sobre a tentativa de deposição do governo. Por fim, não tendo a mínima dúvida de que o sr. Antônio Candeias não era como supunha, um criminoso, a autoridade preferiu que ele falasse...

Tendo Candeias apresentado suas razões para a atuação política que desenvolvia, foi recolhido novamente à sela e mais tarde convocado a escrever uma carta, dirigida ao Secretário de Segurança, Elói Chaves, explicando-se. Uma longa missiva que, encaminhada àquela autoridade, teria provocado o seguinte comentário do delegado de Santos: "O dr. Elói Chaves recebera a sua carta, ficara tocado ao lê-la e queria conhecê-lo pessoalmente". Assim, após dias encarcerado, Candeias foi encaminhado de volta a São Paulo diretamente à residência particular do Secretário, situada então na nobiliária Avenida Paulista, para uma conversa diretamente com o artífice da repressão ao movimento de trabalhadores paulistas. Dele, recebera moções de cooptação e ameaças bastante evidentes:

> Era industrial, possuía várias propriedades, muito boas relações e, se o sr. Candeias precisasse, poder-lhe-ia arranjar uma boa colocação [...] Depois, naquela vida, o sr. Candeias não podia ter tranquilidade. A polícia é severa e precisa sê-lo, dispondo, para isso de tudo quanto precisa.

Segundo o jornal, Candeias "comovido pela maneira atenciosa" com que foi tratado, pediu licença para não aceitar a oferta – e, talvez, o jornal não diz, a ameaça – pois sempre fora "pobre, mas nunca viveu em má situação econômica. É comerciante, os seus negócios vão indo bem... Quanto às suas idéias, estivesse descansado; não faria propaganda delas... atendendo à necessidade de cercar a sua família de todo o amparo".

Tais declarações obtidas em apreensivas circunstâncias de nada valeram para os anos seguintes da vida militante de Candeias, visto que pouco, após a sua libertação, vamos encontrá-lo engajado nas lutas por direitos que, no ano seguinte, teriam como palco a cidade do Rio de Janeiro.

Na fronteira entre o anarquismo e o comunismo

A documentação compulsada não dá conta, em pormenores, da participação de Candeias na fundação de um Partido Comunista de feição anarquista, juntamente com Edgard Leuenroth, Astrojildo Pereira e outros, em 1919, no Rio de Janeiro. José Oiticica esteve à cabeça de tal movimento que depois se estendeu também para São Paulo, com o nome de Partido Comunista do Brasil. Foram os dramáticos acontecimentos de 1918, no Rio de Janeiro, inspirados numa tentativa de reproduzir em terras nacionais aquilo que se imaginava ocorrer na Rússia, que deram oportunidade para a criação de tais partidos.

Assim, grupos anarquistas com apoio em extensos setores do operariado procuraram se organizar com a intenção de atingir a sede do governo brasileiro, então, localizado no Rio de Janeiro. Diversos movimentos grevistas foram encetados e como consequência autoridades e empresários acionaram os aparatos repressivos a fim de submeter os trabalhadores à força. O resultado destes embates foi a criação de um verdadeiro ambiente insurrecional que, se não atingiu seu objetivo específico de derrubada do poder constituído, provocou diversos distúrbios e mobilizou intelectuais e trabalhadores para a tentativa de construção de instituições capazes de organizarem movimentos populares politicamente eficientes. Os partidos indicados anteriormente resultaram desse projeto.

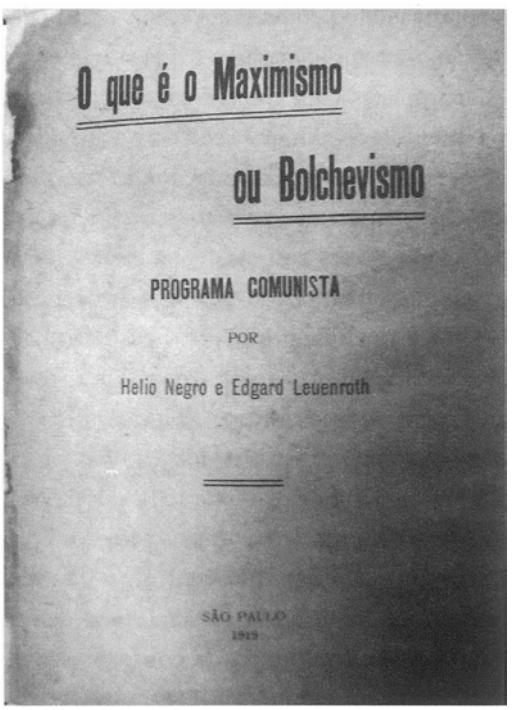
Entretanto, do ponto de vista da identificação das propostas a serem desdobradas, os movimentos de 1917, em São Paulo, e o de 1918 e 1919, no Rio, demonstraram que havia claramente a necessidade de tentar entender os projetos colocados à discussão pelos trabalhadores. Não por outra razão, Edgard Leuenroth e Candeias decidiram enfrentar a questão teórica e produzir um trabalho quase didático para definir as funções e objetivos do pensamento anarquista naquela conjuntura de confusos reflexos da Revolução Russa.

Estava em questão a definição de comunismo libertário. Nascia, assim, *O que é o maximismo ou bolchevismo,* uma brochura de poucas páginas, mas de importante significado.

Se considerarmos que a primeira publicação do *Manifesto Comunista de 1848*, no Brasil, ocorreu em 1924, podemos conjecturar sobre o significado do trabalho de Leuenroth e Candeias, que visava ordenar o conhecimento sobre as ações militantes dos trabalhadores e produzir ideias sobre a gestão da distribuição do poder na sociedade. Não são obras semelhantes, pelo contrário, mas comungam algumas das mesmas intenções estruturais: organizar os trabalhadores e incitá-los à luta. Isto significa dizer que o opúsculo brasileiro chegou antes à leitura da militância do que a obra basilar de Marx e Engels.

A variada terminologia adotada – maximismo, bolchevismo, comunismo, socialismo – em relação ao objetivo dos autores, que era apresentar com clareza uma reflexão "sobre as doutrinas socialistas libertárias", permite entender os limites interpostos ao trabalho naquele momento em que se mirava para as ocorrências da Revolução Russa, e o que se viam eram nebulosas. Ou seja, referiam-se a doutrinas anarquistas e empregavam o termo "maximalista" que fora usado pelos partidos social-democratas, nascidos nos últimos anos do século XIX, e adversários do anarquismo, para designar as agremiações que pretendiam levar o programa socialista ao seu estágio máximo, o que no caso do Partido Operário Social-Democrata Russo – POSDR significava adotar o bolchevismo como desígnio.[9]

O trabalho[10] estava dividido em duas partes que ocupavam aproximadamente o mesmo espaço: na primeira os autores procuravam definir "o que é o maximismo ou bolchevismo"; na segunda, faziam um "esboço de programa comunista".



Prometendo esforçarem-se para "em futuro próximo, realizarmos, em outros trabalhos mais bem meditados esse nosso anseio", os autores acabaram por desenhar todo um modelo de sociedade anárquica que, tendo as associações de trabalho como base, partiria da presença de grupos pequenos, nascidos voluntariamente e desfrutando de autonomia. Esses formariam uma rede em que grupos maiores acabariam por exercer algum poder organizativo sobre a base.

Essas associações gerariam os bens, deixando de existir a propriedade privada sobre os recursos sociais. Acima, um Conselho Geral dos Comissariados completaria a lógica federativa. Paralelamente, outro conjunto de órgãos, organizados pela lógica geográfica, representaria os interesses locais, distritais e regionais. Procurando planejar uma sociedade que substituísse a competição capitalista pela solidariedade dos membros individuais livres, propunham a existência – cujas funções não estavam claramente indicadas – de uma Associação Nacional, responsável pela gerência das leis e ordens.

Um verdadeiro futuro idílico era apontado pelos ideólogos anarquistas quando sugeriam que o processo industrial deveria tomar como objetivo o bem-estar de todos, indistintamente:

> A produtividade do maquinismo mostra que o labor do homem não é, sob o ponto de vista técnico, a única condição de seu bem-estar material; que tal bem-estar é função de dois fatores: do trabalho do indivíduo e da produtividade do maquinismo em um dado momento de sua evolução. Por conseguinte, nas sociedades modernas, se a direção patronal a isso não se opusesse, o salário do operário, ou a sua parte na divisão, deveria ir aumentando mesmo quando a duração do seu trabalho fosse diminuindo.

Invocando a posição dos anarquistas como verdadeiros mártires daquele momento, os autores valiam-se da imagem popularmente favorável de Tiradentes para afirmar que se ele "hoje existisse, seria novamente enforcado como anarquista perigoso".

Tratavam no pequeno livro das questões sobre a organização da indústria, da agricultura, dos transportes procurando apresentar as mudanças necessárias para a construção do "comunismo". Mas a isso não se restringiam: há observações e análises a respeito de múltiplos aspectos da vida social, numa tentativa de abranger todo o espectro das atividades e interesses. As últimas páginas foram reservadas para um exaustivo estudo do trabalho: nos centros industriais, nas construções, nas zonas rurais, nos meios de comunicação e transporte, nas estradas de ferro, nos portos e no mar... Enfim, procurando entender o trabalho como elemento básico para provisão, consumo, distribuição de renda, habitação, instrução etc.

A redação deste trabalho mostrava um Candeias ainda fundamentalmente marcado pelas convicções anarquistas, as quais procurará criticar, ou mesmo renegar, em momentos posteriores. Mas, na verdade, a cisão entre anarquistas e comunistas ocorreria apenas em 1921, mas já encontraria em Candeias um fervoroso adepto destes últimos, enquanto o seu companheiro de redação d' *O que é o maximismo ou bolchevismo*, Leuenroth, permaneceria nas hostes libertárias.

O estágio atual da pesquisa não permite perseguir a trajetória de Candeias nos anos 1920, formando um verdadeiro hiato ou perda do nexo temporal sobre suas informações pessoais, justamente nesta dramática década. Foi apenas possível reencontrar a personagem em 1931.

Mas, sobre esse tempo carente de informações, tem-se o depoimento, ou melhor, a interpretação de sua carreira de militante elaborada por um investigador do Deops, que, sumariamente, e cometendo impropriedades cronológicas, decretou a total adesão dele às lutas sociais de seu tempo. O policial Antônio Ghioffi, em documento de 23 de maio de 1931, afirmava:

> Até 1919, Antônio Candeias Duarte foi partidário do anarquismo. Depois se converteu ao marxismo, aderindo francamente ao Partido Comunista, mantendo uma atividade, em parte de expectativa, depois, por ocasião do triunfo da Revolução de Outubro, concorrendo com dinheiro e literatura saída de sua pena para a vitória de sua causa.[11]

Na linha de frente do PCB em São Paulo

Com a instalação do novo governo brasileiro em novembro de 1930, a situação política institucional de São Paulo mudou significativamente. Getúlio Vargas nomeou o Ten. João Alberto, um tenentista de proa como interventor federal para o Estado. Sua gestão à frente do governo caracterizou-se por medidas polêmicas, como a autorização para o funcionamento do PCB, então Partido Comunista do Brasil. Ao mesmo tempo, o interventor promoveu ações no sentido de estabelecer compulsoriamente importantes medidas sociais. Tratava-se de um governo francamente desfavorável à elite paulista. Juntamente com outro tenentista, Gen. Miguel Costa,[12] o interventor organizou a Legião Revolucionária – LR, um partido político que procurava promover a mobilização da população, sobretudo de setores médios e do operariado, em apoio ao novo regime.

A instalação desse governo trouxe para São Paulo a oportunidade, embora efêmera, de conviver de forma menos repressiva com propostas políticas relativas ao comunismo. Assim, Astrojildo Pereira, voltando, em Janeiro de 1931, de longa viagem à URSS, como Secretário-geral do PCB que era, resolveu estabelecer um plano de propaganda no qual a cidade de São Paulo, aproveitando o ambiente favorável instalado pelo ascenso do tenentismo, se transformaria em um centro irradiador e de difusão da literatura do PCB.

A Antônio Candeias, velho conhecido de Astrojildo, coube efetivar tais planos, constituindo um empresa gráfica para produzir o material da campanha, composto por manifestos, livros e periódicos. Dessa forma foi concebida a Editorial Marenglen[13] – o nome decorria da fusão dos nomes Marx, Engels e Lênin – que chegou a produzir diversos trabalhos. Entretanto, em maio do mesmo ano sucumbiu à pressão das forças conservadoras da elite paulista, e de sua imprensa, que instavam pelo encerramento daquela experiência.

No dia 21 daquele mês, a polícia política desfechou uma diligência à sede da Marenglen, situada então na Rua Antônia de Queirós n. 28, e apreendeu farto material impresso, tendo tratado clichês e outros elementos de impressão de tal forma a inutilizá-los. A imprensa conivente com a ação policial respirou aliviada, pois estavam sendo retirados de circulação:

> livros subversivos que eram enviados para todos os Estados do Brasil. Pequenos livrinhos, impressos em papel ordinário, que aos milhares estavam sendo empacotados para serem enviados aos aderentes e simpatizantes do comunismo.[14]

Na ocasião, o jornal *A Tribuna do Povo*, do Rio de Janeiro[15], observou que a presença de atividades como aquelas desenvolvidas pela Marenglen poderiam significar um grande perigo para a nacionalidade, "dadas as condições heterogêneas da nossa população operária, composta de gente inculta, de todas as procedências".[16] Na verdade, o que o periódico externava não era senão um lugar-comum do pensamento da elite do período, visto que via na ação "perniciosa dos comunistas", junto ao operariado constituído por estrangeiros, um duplo perigo. Mais uma vez, o estereótipo que perseguia imigrantes se fazia dramaticamente presente na trajetória de Candeias.

No *Homem do Povo,* com Oswald e Pagú

Simultaneamente às tarefas relacionadas à Editorial Marenglen, Candeias experimentou uma aventura heterodoxa dentro do variado mundo do socialismo em São Paulo: associou-se à empreitada modernista de Oswald de Andrade e Patrícia Galvão no pasquim *O Homem*

do povo, uma obra pioneira na linguagem de aproximação com o público leitor paulistano. Os dois estavam então filiados ao Partido Comunista, mas não pautavam suas condutas pela rígida normativa militante que a agremiação impunha aos seus aderentes.

O jornal circulou entre março e abril de 1931, e Candeias foi o responsável não apenas pela produção, como também redigiu artigos básicos para a definição da proposta política do periódico. Nesse sentido, escreveu para o número de 27 de março de 1931, o artigo intitulado *Nosso Programa,* no qual explicava que, acima de todos os pertencimentos o objetivo do jornal "é esclarecer, sem filiação a qualquer partido". Para os responsáveis pelo jornal, em nome de quem Candeias escrevia, o mundo estava num momento crucial de transformação e nada permaneceria sem alteração:

> as velhas formas de produção e consumo estão ameaçadas em todo o mundo, assim como as velhas formas de autoridade... Quando as sociedades chegam a este estado de desorganização e decadência – o fim está próximo. Qual o remédio?... A produção de escravos, servos e proletários precisa completar sua evolução até a produção de associados... A produção deve ter por base as necessidades coletivas e não o lucro de alguns indivíduos ou classes.

Aproximando a argumentação ainda mais da situação política efetivamente experimentada no Estado, o que decerto significava produzir apreensão junto aos grupos poderosos, Candeias escreveria no n. seguinte do *O Homem do povo* sobre *S.Paulo, Metrópole do Brasil colônia,* denunciando as práticas econômicas "nefastas" dos plutocratas de S.Paulo – "que açambarcam a maior parte do dinheiro da nação" – e seus objetivos separatistas.[17]

De modo geral, percebe-se nestes artigos escritos para *O Homem do povo* um seu esforço redacional no sentido de aproveitar-se da companhia daqueles dois intelectuais pioneiros na produção de textos irreverentes e criativos, para também construir um texto cativante, dotado de graça e ironia, mas com o objetivo preciso e didático de colocar-se a serviço do esclarecimento da "exploração de classe". A intenção que perpassava aquelas linhas é a da busca do engajamento eficiente, o que significava um proselitismo renovado para a literatura originária das fileiras do comunismo.

x x x

Antônio Candeias Duarte, como imigrante em terras paulistanas, foi alvo privilegiado da ação repressora da polícia política que coibia todo aquele que entendesse representar um papel importante na busca de melhores condições para os trabalhadores. A princípio e por princípio, o braço policial do Estado adotava comportamentos que se podem identificar a partir de algumas características básicas, tais como: xenofobia, truculência, garantia de "bons costumes políticos", crédito a delações e simplificações ideológicas.

De tal modo, do ponto de vista do aparato policial, a trajetória de Candeias durante os primeiros anos do século XX, em São Paulo, poderia ser entendida como a de um estrangeiro mal-agradecido pelo acolhimento a ele dispensado no Brasil, um criador de caso, um subversivo, enfim. Entretanto, qual teria sido a opinião dos próprios supostos beneficiários da sua ação solidária e em que chave de entendimento poderiam enquadrá-lo?

Respondendo a um leitor preocupado em identificar-se precisamente quanto à corrente à qual estava filiado, justamente numa época de indefinições e fronteiras cediças entre os projetos ideológicos, o jornal *Spártacus* avançou uma interessante proposta de avaliação de comportamentos políticos. Dizia o periódico:

> (Se tens dúvida sobre qual denominação adotar) chama-te então do que quiseres - bolchevista, sovietista, anarquista, sindicalista, rebelde, revoltado, maximalista - és um camarada, és um irmão.[18]

Assim, tomando por critério a intenção conciliadora e solidária daquela publicação, é possível afirmar que Candeias foi um irmão, um camarada português solidário com a luta dos trabalhadores brasileiros em busca de liberdade e justiça social.

NOTAS

* UNESP\ Universidade Mackenzie\ GP-CNPq.

[1] HECKER, Alexandre. "A repressão aos imigrantes portugueses em S. Paulo: os subversivos e os outros". *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto, Afrontamento/ CEPESE, 2009, v.1, p. 134.

[2] Há estudos sobre o livro que mal citam Candeias como autor, atribuindo-o tão somente a Leuenroth.

[3] Conforme seu prontuário no DEOPS paulista, n. 61 (APESP); como indica a numeração, um dos primeiros militantes a serem regularmente vigiados pela instituição.

[4] O prontuário de Candeias indica que ele se utilizou de diversos pseudônimos, e entre eles o mais comum foi Hélio Negro. Com esse nome, assinava preferencialmente os textos para periódicos. É importante ressaltar que seu so-

brenome paterno era Candeias, uma vez que a praxe em Portugal era a utilização do nome da mãe em último lugar.

[5] Entendendo-se aqui pela expressão "socialista" toda e qualquer proposta - entre as várias que se apresentaram historicamente - contrária ao capitalismo *stricto sensu*.

[6] O líder proeminente do Comitê era Edgard Leuenroth, mas outros importantes militantes compunham o Comitê, tal como o próprio Candeias, Teodoro Monicelli, Gigi Damiani, Francisco Cianci; sobre o tema, ver: LOPREATO, C.R. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo, Annablume, 2000.

[7] Primeiramente levaram-no, e aos companheiros igualmente presos, aos postos do Braz e depois de Vila Mariana. Neste foi metido numa solitária e submetido a maus tratos, depois retirado e levado ao posto policial de Santos, em Vila Matias, onde já se encontravam companheiros como Florentino de Carvalho, português, e Antônio Nalepinski, russo, e outros cinco, todos espanhóis. Estes todos sumariamente levados ao navio Leão XII e expulsos.

[8] "O caso Candeias: o critério e a seriedade com que a Polícia de S. Paulo se desempenha de suas delicadas funções". p.05

[9] Por oposição aos maximistas, no seio da II Internacional, e representando aquilo que veio a ser denominado "socialismo reformista", estavam os minimalistas (mencheviques assumiam este papel na Rússia), adeptos da adoção de um programa mínimo socialista de governo (objetivos não revolucionários como os que o programa máximo propunha).

[10] Publicado em 1919, em São Paulo, sem indicação de casa editora, mas provavelmente resultado das máquinas impressoras do próprio Candeias – já que o aspecto físico da primeira edição se assemelha muito às outras publicações nascidas de sua empresa mais ou menos na mesma época. Continha 128 páginas compostas com tipos amplos e claros, cujo objetivo certamente era facilitar a leitura mesmo de pessoas não afeitas ao papel impresso.

[11] Prontuário da Delegacia de Ordem Social, Antônio Candeias Duarte, n. 61. APESP.

[12] Miguel Costa foi nomeado comandante da Força Pública paulista e secretário de Segurança do Estado, constituindo-se em elemento fundamental do governo provisório na tentativa de mobilização de massas. Com a queda da interventoria de João Alberto, em julho de 1931, foi afastado da Secretaria de Segurança, mas permaneceu no comando da Força Pública. Em 1932, transformou a LR, em Partido Popular Paulista - PPP, mas logo depois foi afastado também do comando da Força Pública. Foi preso por ocasião da Revolução Constitucionalista, em julho, 1932.

[13] A empresa, embora Candeias tivesse negado, perante o DEOPS, a sua participação societária no empreendimento – declarando que apenas funcionava como editor - contou ainda com outros sócios: João Freire de Oliveira, Florêncio Tejada e Sant'Anna Cabral. cf. prontuário de Candeias anteriormente citado.

[14] cf. recorte, sem identificação do periódico, apenso ao prontuário Deops em nome da Editorial Marenglen, n. 831 - APESP

[15] *Idem, ibidem.*

[16] *Idem, ibidem.*

[17] 07.04.1931; em 10 de Agosto de 1932, em pleno decorrer da denominada Revolução Constitucionalista, uma missivista anônima, que se identificava como "uma brasileira pela Constituição, viva o Brasil!", encaminhou ao "chefe de polícia de São Paulo" carta na qual delatava Candeias como comunista e "um indivíduo muito perigoso... que deve ser preso enquanto a Revolução durar". Havia razões para que os adeptos do extremado patriotismo paulista o abominassem. Prontuário de Candeias, nº 61 – APESP.

[18] Rio de Janeiro, 29.09.1919.